

ESTUDO DE CASO: O ANALFABETISMO NO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO MATEUS – ES

Joyce Souza de Faria¹
Luriê Tesolini Pinto²
Natália Nico Francisco³

RESUMO

O presente estudo de caso enfatiza sobre o Analfabetismo no Centro de Detenção Provisória de São Mateus (CDPSM), onde tem por objetivo, analisar o índice de detentos analfabetos que não possuem aquisição total da leitura e escrita no sistema penitenciário provisório. Também se menciona a representatividade do Plano Estadual de Educação nas Prisões quanto às concepções do ensino ofertada no Espírito Santo. Teve por baseamento, a pesquisa bibliográfica como elemento básico de sugerir uma reflexão sobre a trajetória histórica do analfabetismo no Brasil de forma breve e além do processo do analfabetismo nos Centros de Detenções Provisórias, envolvendo ainda pesquisa de campo a partir do índice de 100 detentos inseridos no CDP de São Mateus (ES), onde não finalizaram o Ensino Fundamental I no ensino regular. Foram alcançados resultados quantitativos e qualitativos, fundamentado em questionários que sintetizaram a pesquisa. Mediante estudo da estatística de analfabetismo no Brasil, o resultado encontrado no CDPSM comprova índices elevados, onde 75 detentos encontram-se analfabetos e 25 semianalfabetos¹, sendo que apenas 30 do total participam das atividades educacionais enquanto internos. Remata-se este estudo, certos que a classificação do nível de Analfabetismo no Centro de Detenção Provisória é superior do que se almejava e necessita ser averiguada para adoção de instrumentos referentes à redução da taxa de analfabetismo.

PALAVRAS-CHAVE: Analfabetismo. Centro de Detenção Provisória. Níveis de Leitura e Escrita.

ABSTRACT

The present case study emphasizes illiteracy at the Provisional Detention Center of São Mateus (CDPSM), where it aims to analyze the index of illiterate prisoners ,who do not have total acquisition of reading and writing in the provisional

¹ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

² Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

³ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

penitentiary system. It is also mentioned the representativity of the State Program of Provisional Education regarding the conceptions of the education offered in Espírito Santo. It was based on the bibliographical research as a basic element of suggesting a reflection on the historical path of illiteracy in Brazil in a brief and objective way, besides the illiteracy process in the Provisional Detention Centers, also involving field research from the index of 100 detainees enrolled in the CDP of São Mateus (ES), where they didn't finish elementary school in regular education. Quantitative and qualitative results were obtained, based on questionnaires that synthesized the research. Through the study of the illiteracy statistics in Brazil, the results found in the CDPSM proof high rates, where 75 prisoners are illiterate and 25 partially so, and only 30 participate in educational activities as inmates. This study shows that the classification of the level of Illiteracy in the Provisional Detention Center, is superior to what was wanted and needs to be investigated in order to adopt instruments related to the reduction of illiteracy rates.

KEY-WORDS: Illiteracy. Provisional Detention Center. Levels of Reading and Writing.

1 INTRODUÇÃO

O Analfabetismo no Brasil atualmente é recorrente em níveis elevados, tornando o dia a dia dos analfabetos cada vez mais difíceis, uma vez que estes são impossibilitados de desenvolver atividades sociais básicas, além de prejudicar a inserção social. Um exemplo básico a ser mencionado é a própria dificuldade que analfabetos encontram ao realizar compras no mercado, na padaria, farmácia, entre outros, devido ao não reconhecimento das letras e números. Recorrendo a Soares (1999, s.p.), entende-se que: “Nas palavras analfabetismo e analfabeto aparece o prefixo a(n)-: Analfabeto é aquele que é privado do alfabeto, a que falta o alfabeto, ou seja, aquele que não conhece o alfabeto, que não sabe ler e escrever.”. Por isso, saber ler e escrever é essencial para a vida humana, e sobretudo, é necessário entender o que se lê e o que se escreve.

O percentual brasileiro de analfabetismo, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), da população jovem e adulta abaixou-se de 7,2% para 7,0% no ano de 2017, mas ainda não foi possível obter o índice de 6,5% como previsto pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para o ano de 2015. Ainda, o Brasil encontra-se possuidor de 11,5 milhões de Analfabetos, o que nos remete à preocupação de tamanha deficiência do domínio do processo de leitura e escrita.

Baseando na estatística de Analfabetismo no Brasil, leva-se em consideração o Sistema Penitenciário Brasileiro, onde aponta que apenas um em cada dez detentos compartilha das atividades educacionais enquanto internos. Segundo o Conselho Nacional de Educação (CNE), menos de 8% da população presidiária tem o ensino médio completo e a mesma proporção é analfabeta. (BRASIL, 2012)

Com a proposta de promover índices sobre o analfabetismo, a partir de estudos e discussões durante a licenciatura, as pesquisadoras optaram pela delimitação do tema analisar o Índice de Analfabetismo dentro do Centro de Detenção Provisória de São Mateus (CDPSM) – Espírito Santo, bem como compreender a importância da oferta de leitura e escrita para os internos. Sendo assim, justifica-se o objeto de estudo desta pesquisa considerando os indicadores do analfabetismo no CDPSM, visto que grande parte dos internos não finalizaram o Ensino Fundamental I no ensino regular.

Visto que, o analfabetismo no Centro de Detenção Provisória ainda é recorrente nos dias atuais, buscou-se tomar conhecimento deste quantitativo com enfoque voltado para a oferta do ensino pela Secretaria do Estado da Justiça do Espírito Santo (SEJUS) para os detentos em questão. A partir disso, a Secretaria responsável procura consentir ao detento à oferta da escolaridade, qualificando-o para o mercado de trabalho, além da reintegração social após a realização do período da pena.

Ressalvando o direito do detento à educação e ressocialização, a SEJUS salienta que:

O Governo do Estado pauta seu programa de ressocialização no tripé trabalho, qualificação profissional e educação para possibilitar ao preso o aumento de sua escolaridade, qualificá-lo profissionalmente e inseri-lo no mercado de trabalho ainda na condição de preso, e encaminhá-lo para uma vaga de trabalho quando ele for beneficiado com a liberdade. Neste sentido, são oferecidos cursos profissionalizantes dentro dos arranjos produtivos do Estado como forma de possibilitar a inserção dos internos no mundo do trabalho após o cumprimento da pena (SEJUS, 2016, s.p).

Sendo assim, ao abordar a ressocialização dos detentos, torna-se necessário mencionar a suma importância da alfabetização como instrumento social, para a aquisição da leitura e escrita, quanto para tornar tal capaz de introduzir-se em empregos e na sociedade.

Nessa perspectiva, a questão pertinente à necessidade dos detentos dominarem a leitura e escrita, indaga-se: De que forma encontra-se a real situação do índice de Analfabetismo no Centro de Detenção Provisória de São Mateus.

De acordo com a deficiência da formação escolar dos detentos, o CDPSM busca reintegrar o mesmo à sociedade através da oferta educacional. Levando em consideração que: “É como se tivesse permanecido durante décadas numa prisão e, depois de frequentar uma escola, ganhar a liberdade.” (União Geral dos Trabalhadores, 2009) ou seja, o interno ao ser incluso no sistema educacional carcerário sucede na sua capacidade de dominar a leitura e escrita, multiplicando seus conhecimentos para a sua vida social, além de tornar-se um indivíduo confiante e contente.

Além disso, o Plano Estadual de Educação nas Prisões⁵ (2016) representa às concepções do ensino para a aumento e qualificação da educação oferecida nas unidades prisionais no Espírito Santo. Dessa forma, é cabível ao Plano Estadual descrever quais metas e avanços na aplicação de ensino nos espaços prisionais, além de mencionar ações articuladas com as contribuições e táticas didático-pedagógicas correspondentes ao público alvo.

Com base no compromisso do plano educacional para prisões, cujo reintegrar os jovens e adultos retirados de liberdade, destaca-se a importância de indutores

de ressocialização para estes sujeitos. De forma que atenda o processo de socialização diante ao retorno do detento à sociedade, o Plano Estadual de Educação nas Prisões salienta que:

Esses estudantes possuem histórias de vida diversas, muitas vezes marcadas pela exclusão social, e encontram na educação a possibilidade de construção de novos conhecimentos e de reconstrução de saberes já elaborados. Isso requer a elaboração de propostas pedagógicas e metodologias de ensino diferenciadas das tradicionalmente desenvolvidas nas escolas convencionais, ou seja, que leve em consideração o conhecimento de mundo dos educandos. (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES, 2016, p. 10).

Contudo, este artigo objetiva analisar o índice de Analfabetismo no CDPSM, para aquisição total de conhecimento de leitura e caligrafia. Por conseguinte, teve-se como objetivos específicos: Enfatizar o processo de Analfabetismo brasileiro, averiguando através de autores; Investigar por meio de instrumentos os dados referentes ao Analfabetismo no CDP da cidade de São Mateus; Analisar a aquisição da leitura e escrita como meio de ressocialização dos internos na sociedade.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Com intuito de analisar os índices de analfabetismo no Centro de Detenção Provisória de São Mateus (CDPSM), a presente pesquisa contará com averiguações de caráter bibliográfico e pesquisa de campo feita no âmbito de detenção provisória de São Mateus em relação aos detentos.

Tendo a pesquisa caráter bibliográfico, enfatiza Vergana (1990, p. 6) que é um “estudo sistematizado desenvolvido a partir do material publicado em livros, revistas, jornais, isto é, material acessível ao público em geral.”. A pesquisa bibliográfica, se conceitua em base na ação de reunir informações e dados que serão úteis para a investigação.

A presente pesquisa, é considerada como metodologia mista, pois se caracteriza a partir de um processo qualitativo e quantitativo. Possui característica qualitativa porque produziu dados através de observação, como sugere Creswell, (2007, p. 187): “o pesquisador qualitativo adota e usa uma ou mais estratégias de

investigação como um guia para os procedimentos no estudo qualitativo.” Quanto ao método quantitativo, Fachin (2006, p. 78) especifica que “é uma forma de atribuir números a propriedades, objetos, acontecimentos, materiais de modo a proporcionar informações úteis.”.

Para a formulação da pesquisa, serão utilizados métodos de pesquisa exploratório e descritivo. Exploratório, relatam Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 63) “é normalmente o passo inicial no processo de pesquisa pela experiência e um auxílio que traz a formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas” e descritivo retratado por Gil (2008, p. 28) “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. ”, assim sendo realizados processos de sondagens e análise de dados. As fontes Primárias e Secundárias foram empregadas para o melhor desenvolvimento da pesquisa.

Compreende-se que a pesquisa será caracterizada como pesquisa de campo, pois “é a observação dos fatos tal como ocorrem. Não permite isolar e controlar as variáveis, mas perceber e estudar as relações estabelecidas.” (RODRIGUES, 2007, p. 4). Com esse método sendo aplicado, a pesquisa também irá empregar o estudo de caso, conforme Fachin (2006, p. 45), “esse método é caracterizado por ser um estudo intensivo. No momento do estudo de caso, leva-se em consideração, principalmente, a compreensão, como um todo, do assunto investigado. ”

Os dados da amostra serão coletados por meio da aplicação de questionário. No uso do questionário como instrumento de coleta de dados, Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 53) caracteriza que “é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja. ”

O instrumento se constituiu em 10 (dez) perguntas fechadas para 100 detentos do Centro de Detenção Provisória de São Mateus, sendo que o público alvo correspondeu com idade a partir de 18 anos, sendo eles analfabetos, cumprindo reclusão. Os entrevistados foram pré-selecionados pelo sistema interno da própria instituição.

Após todos os questionários respondidos, e a coleta de dados executada, os questionamentos serão revisados para certificação do cumprimento dos critérios de inclusão e exclusão, e, em seguida os resultados serão organizados em quadros partindo do total representando a questão em análise, pois dessa maneira a análise e compreensão das informações encontradas se desenvolvem de maneira eficaz.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ANALFABETISMO NO BRASIL

O primeiro vestígio da Educação no Brasil narrou-se a partir do ano de 1500, onde surgiu com o objetivo de afirmar a liderança brasileira em termos educacionais. Assim, a Educação nasce com a chegada dos Portugueses em solo brasileiro, mesmo que nesta época era voltada aos interesses em riquezas e bens abundantes do nosso país, utilizando os índios como recursos para aquisição das fortunas. (LOPES E GORZONI, 2017)

A vinda dos Jesuítas para o Brasil teve grande significado no processo de alfabetização em nosso país, onde foram responsáveis, bem como também, elogiados pela primeira reforma de Ensino. Ainda, ressaltando a contribuição dos Jesuítas à Educação em conjunto com a monarquia portuguesa.

Assim, Brandão (2006, p. 26), reafirma o surgimento da Educação brasileira, quando descreve que:

A educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-aprender. O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação), cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados.

Diferentemente do passado, a Escola Brasileira atual garante o ingresso e permanência, de forma gratuita e democrática, de toda sociedade às completas etapas da educação básica. Porém, para chegar-se aqui, o Brasil encontrou a

dificuldade da continuação dos alunos no âmbito escolar, ocasionando grande número de jovens e adultos analfabetos.

O analfabetismo nada mais é do que a falta do conhecimento das letras e dos números, tornando o indivíduo incapaz no domínio da leitura e escrita. Esses sujeitos não possuem capacidade de identificar palavras simples do seu cotidiano, tornando o seu dia a dia mais difícil, além de prejudicar a inclusão social. Integrante, que o número de analfabetismo entre a população idosa é bem maior do que na população jovem. Por isso, Foucambert (1994, p. 18) afirma que:

Analfabetismo é o desconhecimento das técnicas de utilização da escrita”, traduzido como a “(...) impossibilidade de compreender ou de produzir uma mensagem escrita simples, que trate de questões concretas ligadas à vida cotidiana: sua origem está na falta de domínio do sistema de correspondência entre grafemas e fonemas. Esse analfabetismo provém da ausência de alfabetização.

No final do século XX e início do século XXI, o quantitativo de analfabetos chama atenção quando mais de 18,8% milhões de pessoas se encontram com a deficiência da capacidade de ler e escrever, conforme dados do IBGE, de 2000. Adentrando ao Estado do Espírito Santo, este compreendia na época, a variação de 12 a 10,1% da população analfabeta brasileira. Para isso, Ferraro (2009, p. 1) ratifica sobre dados censitários do analfabetismo:

Contudo, a informação censitária sobre a capacidade de saber ou não ler e escrever é a única característica educacional pesquisada para toda a população, desde o primeiro recenseamento nacional realizado no Brasil em 1872, permitindo traçar a trajetória de longo prazo do estado da educação brasileira.

De acordo com o site Veja, juntamente com a UNESCO, o mesmo publicado em 12 de Fevereiro de 2014, nos remete a obtenção da informação de que o Brasil é o 8º país com o maior número de adultos analfabetos do mundo. Completa assim, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) 11,5 milhões dos brasileiros são analfabetos, ou seja, milhares de brasileiros não sabem ler e escrever ainda no presente século XXI. Vale ressaltar, que esses dados são feitos a partir da idade de oito anos, onde é a idade pretendida da alfabetização nacional.

No Brasil, encontramos a mensuração do Analfabetismo dividida em tipos distintos, onde Ferraro destaca a importância de mencionar o Analfabetismo Funcional, que se dirige aqueles que conseguem identificar letras e números, porém, não compreende o significado dos símbolos. E ainda, o Analfabetismo Absoluto, onde o indivíduo não teve nenhum acesso à educação, alfabetização ou letramento. (FERRARO, 2009)

Para modificar a realidade de analfabetismo brasileiro, o Ministério da Educação, procura o combate do analfabetismo com a promoção de programas de alfabetização destinados aqueles que não tiveram acesso à escola na idade correta. Sendo assim, o Governo Federal, designou em 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) buscando a alfabetização e letramento de jovens e adultos de 15 anos ou mais, buscando a inserção social destes. (BRASIL, 2018).

A trajetória histórica do Analfabetismo Brasileiro ainda não se encerrou, pois apesar das expectativas de isolamento das taxas de analfabetos, cada ano ou século surge novas problemáticas a serem enfrentadas, visto diante disso, que novos analfabetos podem ir surgindo com o andar dos dias. Por isso, (FERRARO, 2009) contribui para o entendimento do Analfabetismo como um enigma nacional existente, onde o Brasil enfrenta nessa perspectiva educacional problemas relativos a sociedade, bem como, questões de raça, classe e território, que necessitam além disso serem averiguados e tratados.

Apronta-se, portanto, que o analfabetismo nos dias atuais deve ser ajustado como ação política da alfabetização de total ou maior parte dos brasileiros, oferecendo à todos os sujeitos oportunidades de acesso à escolarização, ofertada pela educação e aquisição de alfabetização e letramento.

3.2 ANALFABETISMO NOS CENTROS DE DETENÇÕES PROVISÓRIAS

Com base em pesquisas, o número de população brasileira é elevado quando mencionamos o analfabetismo em nosso país, porém, com a população

carcerária não é diferente, também encontramos um quantitativo alto para detentos analfabetos.

Segundo a Secretaria do Estado da Justiça do Espírito Santo (SEJUS, 2016), o Brasil toma a posição de quarto lugar no mundo em população carcerária, considerando que, a cada 100 mil habitantes temos 300 pessoas em carência de liberdade. Finalmente, o Conselho Nacional de Políticas Criminal e Penitenciária (CNPCP, 2015) destaca que 41% dos apenados são presos provisórios, e que quase a metade destes não são condenados à prisão quando encerrado o processo contra eles.

A falta de educação nos presídios é mais uma das categorias desfavoráveis das prisões do Brasil, que acumulam dificuldades. A educação oferecida nas prisões do nosso país na sua grande maioria é enxergada ou implantada apenas para remissão da pena. Mas na sua verdade a educação para a população carcerária é presente como uma ponte para a socialização dos internos.

Vale ressaltar que a Lei 12.433/11, que traz a temática de remissão de Pena pelo Estudo, contém em seu corpo que o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. Desta forma, a remissão da pena por meio dos estudos pode ser alcançada pelo interno no Centro de Detenção Provisória ou Presídios.

Por isso, Thompson (1976, p. 51), menciona que:

O significado da vida carcerária não se resume a mera questão de muros e grades, de celas e trancas; ele deve ser buscado através da consideração de que a penitenciária é uma sociedade dentro de uma sociedade, uma vez que nela foram alteradas, drasticamente, numerosas feições da comunidade livre.

O Código Penal Brasileiro (BRASIL, 2016) dispõe em seu art. 38 que “[...] o preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral”. Diante disso, a Secretaria do Estado da Justiça (2016), que visa à educação dentre diversas finalidades, busca permitir ao detento o aumento de sua escolaridade,

qualificando-o para o mercado de trabalho, além da reintegração social após o cumprimento da pena.

Assim, como toda a população em liberdade, é direito dos internos em qualquer Centro de Detenção Provisória o direito a educação. Sendo assegurada na Lei de Execução Penal (LEP), Lei nº 7.210, de 1984, que disciplina, em sua seção V, a assistência educacional a ser oferecida ao preso. Também consta do Plano Nacional de Educação em vigor, Lei nº 13.005, de 2014, em estratégias das metas nº 9 e 10:

Assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração. (BRASIL, 1984).

Presentemente, o Sistema Prisional Espírito-santense está sobre a direção da Secretaria do Estado da Justiça, onde se encontra regulamentado pela Lei Complementar Nº 233, que dispõe sobre a modernização e reorganização da estrutura básica desta Secretaria, além de outras providências, bem como executar ações públicas, atos ao bem-estar e direitos humano, controlar e fiscalizar as penitenciárias estaduais, entre outras responsabilidades de atuações. (SEJUS, 2006)

Perante dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Justiça (2018), a SEJUS administra atualmente no Espírito Santo, 10 (dez) estabelecimentos de detenção provisória, sendo estes:

NOME	SIGLA	MUNICÍPIO
Centro De Detenção Provisória De Vila Velha	CDPVV	Vila Velha
Centro De Detenção Provisória De Vila Velha II	CDPV II	Vila Velha
Centro De Detenção Provisória De Guarapari	CDPG	Guarapari
Centro De Detenção Provisória Da Serra	CDPS	Serra
Centro De Detenção Provisória De Colatina	CDPCOL	Colatina
Centro De Detenção Provisória De Cachoeiro De Itapemirim	CDPCI	Cachoeiro De Itapemirim
Centro De Detenção Provisória De Aracruz	CDPA	Aracruz
Centro De Detenção Provisória De Marataízes	CDPM	Marataízes
Centro De Detenção Provisória De São Domingos Do Norte	CDPSDN	São Domingos Do Norte
Centro De Detenção Provisória De São Mateus	CDPSM	São Mateus

Quadro 1: Estabelecimentos de Detenção Provisória do Espírito Santo.
Fonte: (SEJUS, 2018.)

Não diferente dos outros Estados brasileiros, o Espírito Santo conta com um Sistema Prisional que ainda é visualizado de forma precária, onde há pouca aquisição política voltada para a população carcerária e recursos humanos são insuficientes para o funcionamento adequado prisional. A falta de investimento, o aumento efetivo de internos a cada ano e as infrações de direitos humanos são os principais pontos que atrasam o movimento do sistema prisional.

Embora a existência de problemáticas citadas, ainda se conta com a falha da oferta da educação para detentos cujo grau de escolaridade é baixo ou nulo. Devido a não inserção na escola na idade certa, grande maioria dos presos são considerados com baixa escolaridade, onde é dever do Estado oferecer assistência educacional aos mesmos, já que ainda existe um grande número de presos analfabetos. Onde, dados divulgados pela SEJUS (2016), mostra em que a maioria dos encarcerados no Espírito Santo possui baixo grau de instrução, correspondendo há 7.442 presos que não concluíram o ensino fundamental.

3.3 A RESSOCIALIZAÇÃO DOS INTERNOS NO MUNDO LETRADO

A escrita e a leitura deixam de existir de modo fechado, apenas para a formação escolar e profissional, passando a serem essenciais para as pessoas como meio de sobrevivência e integração social. Sendo assim, o indivíduo capacitado a ler e escrever, torna-se apropriado a fazer parte de uma sociedade, por meio de interação ou então ressocialização.

Vivem-se em uma sociedade jovens e adultos que se encontram não alfabetizados, e o processo de alfabetização torna-se uso social, surgindo o termo letramento para rematar tal perspectiva. Segundo Tfouni (2006, p. 9), a alfabetização refere-se: “à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e chamadas práticas de linguagem.”. Define-se ainda por letramento, Houaiss (2007, p. 459): “Conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito”. Dessa maneira,

considera-se alfabetização um processo formal e individual para aquisição da leitura e escrita, uma vez que, letramento possui foco central nos aspectos sócio históricos do domínio das mesmas.

Diante destes aspectos para obtenção de alfabetização e letramento, menciona-se a ressocialização daqueles que por determinados motivos foram impedidos, em algum momento, a execução do seu exercício na sociedade, impedindo-o a ser alfabetizado ou letrado na idade certa da Educação Brasileira. Por isso, a ressocialização surge como forma de incentivo para o aproveitamento dos direitos ao acesso à educação para todos, seja, em âmbito escolar, ou em espaços possíveis para a oferta educacional, até mesmo para aqueles indivíduos privados de liberdade.

Entende-se como Ressocialização, segundo dicionário Borba (2002, p. 1375): “reintegração na sociedade; nova socialização”. Portanto, ressocialização é o processo de socializar novamente determinado sujeito na sociedade, de maneira que este não seja renegado, mas sim amparado e ressocializado.

A Lei de Execução Penal Brasileiro (Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984), traz sobre a referida ressocialização a seriedade das políticas públicas para promoção e recuperação do apenado na convivência social, de acordo com os seus direitos e deveres. Tal Lei fortifica a temática, visto que a reintegração do detento na sociedade após cumprimento de pena, seja eficiente e cumpra o propósito de trazer o sujeito ao âmbito social para não realizar novamente crimes, tornando-o um cidadão limpo.

No corpo da Lei de Execução Penal nº 7210/84 (BRASIL, 1984, s.p), menciona-se em seu artigo primeiro o objetivo central, cujo é: “Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.” Dessa maneira, é necessário oportunizar a retomada e incentivo ao exercício pleno da cidadania por parte dos internos.

Para compreender a importância da Ressocialização na vida do sujeito privado de liberdade faz-se necessário prepara-lo dando tratamento penal específico

diante do objetivo de inseri-lo inicialmente como estudante em privação de liberdade até o momento de retorno e inserção novamente na sociedade.

Adotando a inserção da educação escolar nos sistemas prisionais, o Estado motiva-se a partir da busca de novos índices de criminalidade, acreditando na transformação do detento. Para isso, Foucault (1987, p. 224) narra: “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento”. Assim sendo, o sistema penitenciário brasileiro procura alcançar principal objetivo quanto a ressocialização dos internos.

Para o processo educacional buscar a ressocialização dentro de âmbitos carcerários, é indispensável considerar o papel dos responsáveis pela oferta da educação e alfabetização, uma vez que estes envolvidos necessitam entender o desenvolvimento das unidades prisionais e entender a ampliação das oportunidades de inserção social dos detentos. A partir de toda preparação eficiente, serão formados sujeitos capazes de dar seguimento à vida social, onde tornam-se apropriados a desistir da criminalidade depois da chance oferecida ao estudo e aquisição da alfabetização e letramento.

4 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE ANALFABETISMO NO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO MATEUS – ESPÍRITO SANTO

Para obter análise de dados de acordo com resultados da pesquisa em campo feita, foram aplicados questionários a 100 (cem) detentos do Centro de Detenção Provisória de São Mateus (CDPSM), onde possuem idade a partir de 18 anos até 60 anos ou mais, sendo todos do sexo masculino. Em relação ao assunto abordado, foram elaboradas 10 questões fechadas e/ou de múltipla escolha para o questionário, todas abordando a temática sobre aspectos pessoais e escolares dos internos.

Visto que, o questionário possui caráter empírico, ou seja, as respostas alcançadas foram baseadas nas experiências vividas pelos detentos, as questões serviram para coletar todos os dados necessários de acordo com a

realidade dos envolvidos para a construção da pesquisa e estudo de caso em questão. Por isso, comprovando tamanha importância de aplicação de questionário, Gil (1999, p. 128) confirma citando: “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Dessa forma, para concluir a técnica de coletas de dados, usou-se o questionário como abordagem detalhada para a aquisição de resultados necessários. Assim, o questionário inicia trazendo na questão de número 1 sobre o aspecto pessoal de idade dos detentos pré-selecionados, resultando conforme apresenta o quadro:

Idade dos Detentos	Quantitativo de Detentos
18 a 25 anos	12
26 a 36 anos	17
37 a 47 anos	33
48 a 60 anos	28
60 anos ou mais	10

Quadro 2: Idade dos Detentos do CDPSM
Fonte: Acervo próprio.

Nota-se assim, que a variedade de faixa etária é ampla quando encontrados os resultados, tornando visível ao analisar, que a geração de 37 a 47 anos é maior do que as demais em relação aos sujeitos incluídos no Sistema Penitenciário Provisório de São Mateus. Destaca-se, que da mesma maneira que os detentos possuem faixas etárias diferentes, também se comportam, pensam, agem e quaisquer outros aspectos de maneiras diversas.

Já na alternativa 2 iniciou-se a indagação sobre aspectos escolares, onde a mesma busca identificar os níveis de escolaridade de 100 detentos, que nunca frequentaram à escola ou estudaram apenas até o Ensino Fundamental I. Observa-se de acordo com resultados que aqueles que nunca frequentaram à escola quase alcança a metade da população entrevistada, podendo assim justificar tamanho número de analfabetos presentes na pesquisa. Diante dessa problemática, mostra-se em quadro o quantitativo a seguir:

Nível de Escolaridade	Quantidade de Detentos
Nunca frequentei à escola	46
Estudei apenas o 1º ano	29
Estudei do 2º ano ao 3º ano	25
Estudei do 4º ano ao 5º ano	0

Quadro 3: Nível de Escolaridade dos Detentos Pré-Selecionados
Fonte: Acervo próprio.

A questão número 3 iniciou abordagem sobre a educação do interno executada quando em liberdade, deixando em evidência aspecto relacionado ao analfabetismo, uma vez que esta foi questionada se os internos dominam o processo de leitura e escrita, resultando em:

Sabe ler ou escrever	Quantidade de Internos
Sim	25
Não	75

Quadro 4: Domínio da Leitura e Escrita
Fonte: Acervo próprio.

Observa-se de tal modo, que os índices mencionados sobre o analfabetismo nos Sistemas Penitenciários Provisórios são coerentes aos resultados encontrados no questionário aplicado, visto que a taxa apresentada é considerada elevada para o quantitativo de detentos pré-selecionados para aplicação do mesmo. Comprovando por meio de dados estatísticos, o Conselho Nacional Da Educação (BRASIL, 2017), confirma que o Brasil tem 66% da população carcerária em que não concluíram o ensino fundamental, sendo 8% desta mesma população considerada analfabeta.

Ainda, é de suma importância destacar, que os 25 internos que responderam sim ao questionamento, são aqueles que mesmo de pouca maneira conseguem desenvolver qualquer função da leitura ou escrita, embora não saibam ou não confiam no que estão desenvolvendo.

Diante a questão de número 4, abordou a auto avaliação do interno em relação ao mundo letrado de acordo com sua própria classificação, destacando elevado quantitativo para a classificação baixa dentre todos as alternativas. O resultado encontrado foi organizado da seguinte maneira:

Como é a classificação com relação ao Mundo Letrado	Quantidade de Carcereiros
Bom	12
Regular	14
Ruim	70
Não se aplica	4

Quadro 5: Auto avaliação em Relação ao Mundo Letrado
Fonte: Acervo próprio.

Compreende que muitos dos detentos entrevistados sentem-se inseguros quanto o seu domínio de leitura e/ou escrita, até mesmo daqueles que pouco sabem ler ou escrever. Os mesmos que se ditaram ruins diante o mundo letrado, infelizmente acreditam que o pouco ou muito que sabem não é suficiente para se considerar capaz de ler e escrever ou considerar-se bom no que está realizando. Segundo Serra (1988, p. 101), são fatores como a maneira que os internos se interpretam que definem a construção das características positivas ou negativas, reforçando ao dizer: “O auto-conceito pode ser definido de uma forma simples, como a percepção que o indivíduo tem de si próprio e o conceito que, devido a isso, forma de si.”.

Na questão 5 interrogando o mesmo quanto à reprovação em algum ano do Ensino Fundamental I quando estudava, demonstrando os resultados da seguinte forma:

Reprovação no Ensino Fundamental I	Quantidade de Detentos
Sim	18
Não	76
Não me lembro	6

Quadro 6: Reprovação de Detentos no Ensino Fundamental I
Fonte: Acervo próprio.

Assim sendo, ao executar o questionário para os 100 detentos obtendo o resultado de 76 internos que nunca reprovaram em nenhum ano do Ensino Fundamental quando estudava em liberdade, certifica-se necessário mencionar que o quantitativo foi elevado devido ao alto número de detentos que nunca frequentaram à escola. E ainda se ressalta um pequeno percentual do qual não se recordava se havia ocorrido reprovação escolar ou não durante seu período de estudo, uma vez que, estes internos que relataram essa ausência de memória são todos com idade de 48 anos ou mais.

Dentro das indagações presentes no questionário, a questão 6 investigou por quais motivos que fizeram os internos pré-selecionados abandonarem os estudos quando estava em processo de liberdade, procedendo o quantitativo a seguir:

Motivo de abandono de estudo	Quantidade de Internos
-------------------------------------	-------------------------------

Consumo de drogas e bebidas alcóolicas	9
Precisava trabalhar e não conciliava com os estudos	54
Nunca achei necessário aprender ler e escrever	37

Quadro 7: Motivo de Abandono de Estudo

Fonte: Acervo próprio.

Em embasamento no que descoberto, torna-se possível analisar que acima da metade dos carcerários que não concluíram ou iniciaram a educação básica, pela necessidade de conciliar o estudo com trabalho, é devido a como estes se encontram em famílias de renda baixa, onde sempre foi indispensável que trabalhassem para ajudar com gastos e despesas. Ainda, ressalva que outros usam da sinceridade ao relatar que devido ao trabalho de mão de obra que executavam, nunca foi preciso o uso da leitura e escrita, tornando desnecessário a aprendizagem destas práticas.

No item 7, foi questionado aos detentos se trabalhavam na mesma época de que estudava, onde, anteriormente mais do que a metade dos entrevistados já haviam mencionado que devido ao trabalho que era necessário executar, não consiga conciliar os estudos com emprego. Sendo assim, os resultados encontrados foram:

Trabalhava na mesma época que estudava	Quantidade de Internos
Sim	63
Não	37

Quadro 8: Conciliamento de Emprego com Estudo

Fonte: Acervo próprio.

Vista essa realidade, atual

mente, é ofertado pela SEJUS, a contratação dos internos para a realização de mão de obra nos trabalhos contratados à empresas conveniadas com a Secretaria de Justiça, onde a mesma relata:

Alguns dos trabalhos desenvolvidos pelos internos são: montagem de móveis, produção de bancos de couro, de blocos de concreto, produção de mudas de eucalipto, construção civil, serviços gerais, finalização e acabamento de confecção, artesanatos diversos, produção de marmitex, entre outros. (SEJUS, 2016, s.p).

Dessa forma, para que não ocorra como no período de liberdade, hoje, os detentos conseguem realizar o processo educativo conciliando horários com a execução do trabalho. Portanto, além de aumentar sua escolaridade, também é

possível qualificar o detento, além de pôr fim implantar este no mercado de trabalho ainda que em regime carcerário.

Em seguimento do questionário, a questão de número 8 aborda sobre aspectos em pensamentos futuros dos carcerários diante à oferta da Educação e Alfabetização de todos envolvidos nesta pesquisa no CDPSM, conforme os resultados a seguir:

Retorno aos estudos para Alfabetização e alcance ao Nível Superior	Quantidade de Detentos
Sim	66
Não	34

Quadro 9: Desejo de Retorno à Vida Escolar
Fonte: Acervo próprio.

Chamou-se muito atenção de como grande maioria deseja concluir o ensino superior, e ainda, a maneira que usavam as pesquisadoras como exemplo, destacando a importância que uma faculdade traria benefícios para as famílias. Porém, alguns mencionaram não achar necessário curso superior para conseguir uma capacitação profissional ou emprego ao estar em liberdade, destacando que nos dias atuais o Brasil fornece trabalhos para aqueles que possuem apenas ensino médio completo e cursos extracurriculares, como curso técnico.

Na alternativa 9 e 10, questionou-se motivos que os internos pretendem retornar ao estudo logo que forem libertos pela justiça. Chamou-se atenção ao ponto sobre Educação, visto que a mesma situação não é mencionada como prioridade, mas sim uma busca por melhor qualificação profissional para estes detentos. Ainda, ressalta-se que foi identificada certa insegurança ou dúvida nas respostas dos envolvidos na pesquisa, em que algumas vezes pode-se perceber que respondiam o que consideravam certo para tal momento. Diante deste apontamento, apresentam-se dois quadros para melhor entendimento dessas perspectivas, seguindo respectivamente conforme questionário aplicado:

Principal motivo que deseja retornar aos estudos	Quantidade de Carcerários
A remissão concedida pela Justiça	16
Aprender ler e escrever	39
Ocupação do tempo que preciso cumprir pena	9
Para conseguir melhor profissão quando estiver em liberdade	36

Quadro 10: Motivos para Retornar ao Estudo
Fonte: Acervo próprio.

Qual a prioridade ao sair do Sistema Penitenciário Provisório	Quantidade de Carcereiros
Trabalho	26
Educação	5
Reconstruir a família	9
Nenhum	0

Quadro 11: Prioridade de Vida do Detento Após Liberdade

Fonte: Acervo próprio.

Após análise das respostas do questionário, verificou-se que o índice de analfabetismo nos Centros de Detenção Provisória de São Mateus corresponde à realidade brasileira em questão de porcentagem estudados com base em fontes confiáveis. Baseando-se no quantitativo encontrado após aplicação de questionário, obteve-se conhecimento que 75 detentos são analfabetos e 25 sabem ler e/ou escrever.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o presente artigo e todos os aspectos citados, é possível afirmar que os índices de analfabetismo no Brasil, é um caso que percorre há muitos anos, mesmo havendo a garantia de educação gratuita e para todos.

De acordo com o IBGE foi analisado que 18,8% milhões da população brasileira não dominam a leitura e a escrita, e somente no estado do Espírito Santo esse índice varia de 12 a 10,1% da população. Esses dados classificam o Brasil como 8º país no ranque de analfabetos no mundo.

Quando esses dados foram comparados com o índice de analfabetismo nos Centros de Detenção Provisória, não ficou distante da realidade nacional, o indicador apontou que dentro do sistema carcerário o número de analfabetos também é elevado. Assim afirmando o Conselho Nacional da Educação que, 66% da população carcerária do Brasil não concluíram o ensino fundamental e 8% da mesma população é analfabeta.

Verificou-se através da coleta de dados, realizada no CDPSM com 100 detentos através de questionário, que quase a metade dos reclusos nunca frequentaram

a escola, expressados em número por 46 dos 100 entrevistados, os outros reclusos dividiram-se em 29 tendo frequentado somente o 1º ano, 25 o 2º e 3º ano e nenhum dos entrevistados chegaram a cursar o 4º ou 5º ano, além de também obter o resultado de que 25 detentos são considerados semianalfabetos e 75 não sabem ler e escrever.

Com alto números de detentos que nunca estudaram, buscamos o motivo para tal problemática, a pesquisa mostrou que 54 dos detentos tinham que trabalhar e não conciliavam com o estudo, 37 nunca achou necessário e 9 pararam por consumo de drogas e álcool. Buscando saber qual pretexto que os fazem querer voltar aos estudos, o questionário afirmou que, 16 detentos buscam pela remissão da justiça, 39 porque querem aprender a ler e a escrever, 9 para ocupação do tempo para cumprir pena e 36 para conseguir melhor profissão quando estiver em liberdade.

E quando tratado da ressocialização dos apenados, conclui-se que parte da aquisição da leitura e da escrita, fazendo com que a alfabetização se torne um instrumento social, tanto para interação quanto integração no meio. Todo esse meio de ressocialização parte do objetivo de tornar o recluso apto para ingressar no mercado de trabalho e na sociedade sem que retorne para o mundo do crime. Toda essa didática vem expressa na Lei de Execução Penal nº 7210/84, relatando em seu artigo 1º à “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÔAS, Bruno Villa. IBGE: Brasil tem 11,8 milhões de analfabetos; metade está no Nordeste. *Econômico Valor*, dez. 2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5234641/ibge-brasil-tem-118-milhoes-de-analfabetos-metade-esta-no-nordeste>>. Acesso em: 20 out 2018.

BORBA, Francisco, S. **Dicionário de usos do português do Brasil**. 1.ed. São Paulo: Ática, 2002.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista on line de política e gestão educacional**,

2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9986>>. Acesso em 07 out. 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL, Ministério da Educação. *LORENZONI, Ionice*. Secretarias esperam alfabetizar 1,5 milhão de jovens e adultos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32636>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL, Ministério da Justiça. Levantamento nacional de informações penitenciárias – INFOPEN – julho de 2014. **Ministério da Justiça**, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018.

BRASIL, Ministério da Segurança Pública. **Departamento Penitenciário Nacional**, abr. 2004. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/cnpcp>>. Acesso: 28 set. 2018.

BRASIL, Secretaria de Estado da Justiça. **Educação e trabalho**. Disponível em: <<https://sejus.es.gov.br/educacao-e-trabalho>>. Acesso em: 15 set 2018.

BRASIL, Secretaria de Estado da Justiça. Secretaria da Educação. **Plano Estadual de Educação nas Prisões**, 2016. Disponível em: <<https://sejus.es.gov.br/plano-estadual-de-educacao-nas-prisoas>>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.443, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 jun. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 08 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto; **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERRARO, Alceu Ravello. **Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?** Scielo, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v23n81/13930.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

FERRARO, Alceu Ravello. História inacabada do analfabetismo no Brasil. **Revista brasileira de história da educação**, 2009. Disponível em: <<http://www.rbheold.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/viewFile/329/314>>. Acesso em: 07 out. 2018.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. 1.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FUENTES, André. Brasil é o 8º país com mais adultos analfabetos do mundo. **Veja**, 16 fev. 2017. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/brasil-e-o-8-pais-com-mais-adultos-analfabetos-do-mundo/>>. Acesso em: 07 out. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Todas as técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas S.A. 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2018.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

LIMA, José Mauricio. O analfabetismo no Brasil e suas causas. **Sociologia**, set. 2017. Disponível em: <<https://sociologiaeculturamauricio.blogspot.com/2017/09/o-analfabetismo-no-brasil-e-suas-causas.html>>. Acesso em: 07 out. 2018.

LOPES, Janaina Teodora do Amaral; LAURINDO, Tânia Regina. Analfabetismo no Brasil. **Revista de trabalhos acadêmicos da FAM**, 2017. Disponível em: <<http://faculdadedeamericana.com.br/revista/index.php/TCC/article/view/146>>. Acesso em: 17 out. 2018.

RIBEIRO, Elisa Antônia; CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Evidência olhares e pesquisa em saberes educacionais, 2011. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/201>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia científica**, 2007. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33851445/metodologia_cientifica.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1541784857&Signature=M%2BhtZ6EZ0GSwgrQufUA60gZMPAc%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DMetodologia_Cientifica_Conceitos_e_Definicoes.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.

SERRA, Adriano Vaz. O auto - conceito. **Studylib**. Disponível em: <<https://studylibpt.com/doc/4744972/o-auto-%3D-conceito>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

SOARES, Magda. **Letramento**: em tema de três gêneros. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOCIAIS, Estatísticas. Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015. **Agência Notícias IBGE**. mai 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>>. Acesso em: 15 set 2018.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

THOMPSON, Augusto. **A questão da penitenciária**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.